

**A PERIFERIA NA GRANDE IMPRENSA E NA MÍDIA
INDEPENDENTE: ANÁLISE DA COBERTURA DA
"OPERAÇÃO ESCUDO" NO JORNAL O ESTADO DE
S.PAULO E NA PONTE JORNALISMO**

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Coordenadoria de Fomento à Pesquisa - Pró-Reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação

Lucas Henrique Silva dos Santos¹

Apoio: PIVIC Mackenzie

Patrícia Sheila Monteiro Paixão Marcos²

CCL¹

CCL²

<email.aluno@mackenzista.com.br>

<patricia.marcos@mackenzie.br>

RESUMO

Este projeto de iniciação científica tem como objetivo analisar comparativamente a cobertura da “Operação Escudo” — ação policial realizada na Baixada Santista em 2023 — por dois veículos jornalísticos de naturezas distintas: O Estado de S. Paulo (grande imprensa tradicional) e a Ponte Jornalismo (mídia independente). A partir de uma abordagem qualitativa, foram examinadas reportagens desses dois meios com base em categorias como linguagem, fontes utilizadas, foco narrativo, perspectiva sobre a polícia e termos empregados para definir os acontecimentos. O estudo parte da hipótese de que há uma clara assimetria entre os enquadramentos adotados por esses veículos, com o jornal tradicional tendendo a privilegiar o discurso oficial e institucional, enquanto a mídia independente dá centralidade às vozes periféricas e à denúncia de violações de direitos. O referencial teórico articula autores como Bourdieu, Peruzzo, Entman, Dennis de Oliveira e Danilo Cymrot, com destaque para o conceito de “criminalização da pobreza” e para as disputas simbólicas no campo da comunicação. A análise revela que a grande mídia atua como reforço do status quo, contribuindo para a naturalização da violência policial, enquanto o jornalismo independente promove uma contranarrativa crítica, com foco na escuta das comunidades afetadas. Ao evidenciar os contrastes entre esses modelos de cobertura, o trabalho reafirma a importância do jornalismo das periferias como instrumento de resistência e transformação social.

Palavras-chave: jornalismo, periferia, mídia independente, violência policial

ABSTRACT

This scientific initiation project aims to conduct a comparative analysis of the media coverage of “Operação Escudo” — a police operation carried out in the Baixada Santista region in 2023 — by two journalistic outlets with distinct editorial approaches: O Estado de S. Paulo (mainstream media) and Ponte Jornalismo (independent media). Using a qualitative methodology, this research examined articles from both sources based on categories such as language, sources used, narrative focus, perspective on law enforcement, and terminology employed to describe the events. The study assumes that there is a clear asymmetry between the framings adopted by these outlets, with the mainstream press favoring official and institutional narratives, while independent media centers the voices of peripheral communities and denounces human rights violations. The theoretical framework brings together authors such as Bourdieu, Peruzzo, Entman, Dennis de Oliveira, and Danilo Cymrot, with emphasis

on the concept of “criminalization of poverty” and the symbolic disputes within the field of communication. The analysis reveals that mainstream media reinforces the status quo and contributes to the normalization of police violence, whereas independent journalism offers a critical counter-narrative focused on listening to the communities affected. By highlighting the contrasts between these journalistic models, the research underscores the importance of peripheral journalism as a tool for resistance and social transformation.

Keywords: journalism, periphery, independent media, police violence

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo desempenha um papel crucial na divulgação de informações, sendo uma ferramenta vital para a sociedade, especialmente em contextos de grande desigualdade econômica e social como o do Brasil. Em diversas regiões do nosso país, especialmente nas periferias urbanas, a realidade de comunidades é negligenciada pelo Estado. Falta de acesso à educação de qualidade, saneamento básico precário, insegurança, ausência de aparelhos culturais, entre outros problemas, são recorrentes nessas áreas. Segundo o Mapa da Desigualdade (2020) e o Instituto Fogo Cruzado (2023), moradores de periferias têm expectativa de vida até 23 anos menor e enfrentam alta letalidade juvenil, revelando violações do direito à vida e à segurança.

No entanto, nem sempre essa prática é observada. Como ressalta o colunista Tony Marlon, fundador da Rede Jornalistas das Periferias e da Coalizão de Mídias Periféricas, em artigo para o portal ECOA, do UOL (pertencente ao grupo Folha de S.Paulo), publicado em 28 de agosto de 2020, a imprensa muitas vezes reproduz estereótipos e perpetua a violência contra as periferias.

Talvez você me diga que não é papel da imprensa apoiar quem mora por aqui a conseguir trabalho. Que menos ainda é seu papel, a construção de políticas públicas para a cidade. Verdade, isso é com o Estado. Mas posso afirmar, com toda certeza, que nunca será papel da imprensa, também, e especialmente, construir ou reforçar discursos que naturalizam ou autorizam violências futuras. Tipo este de chamar um lugar com 140 mil pessoas [Complexo da Maré, no Rio de Janeiro] de "Bunker de Bandidos" (Marlon, 2020, online).

Segundo Castro (2010, online), a criminalização da pobreza é um fenômeno decorrente de fatores históricos e sociais.

O pobre sempre teve seu lugar marcado na sociedade. Para ele é destinado espaço físico e simbólico determinado. Desde a época da escravidão até os dias atuais existe distinção entre o local das classes mais abastadas e o do pobre, onde ele pode se instalar" (Castro, 2010, online).

A cobertura inadequada das periferias não acontece por acaso. De forma geral, há pouca diversidade nas redações da grande imprensa brasileira, o que dificulta a ampliação das vozes periféricas, já que esses espaços tendem a ter pouca representação de pessoas pretas e/ou moradoras das periferias, além de outros segmentos sociais excluídos. A pesquisa realizada em 2022, e divulgada em 2023, pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (Gema) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mostra que a desigualdade

racial no jornalismo nacional é alarmante. O levantamento, feito em parceria com a Rede de Jornalistas Pretos pela Diversidade na Comunicação, mostrou que 84% dos jornalistas nas redações dos três principais jornais da grande imprensa brasileira (Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo) são brancos, seguidos dos pardos (6,1%), pretos (3,4%), amarelos (1,8%) e indígenas (0,1%).

Com essa baixa representação, a grande imprensa continua reproduzindo frequentemente o viés elitista que está presente desde sua fundação. Nosso jornalismo nunca representou a “caixa acústica de ressonância de todas as ideias” que *Ciro Marcondes Filho* (2000) cita para qualificar a imprensa livre que nasce com a ascensão da burguesia na Europa, no período chamado de “Primeiro Jornalismo” (de 1789 a 1830).

Em contraposição à grande mídia, veículos de jornalismo independente focados na cobertura das bordas da cidade e feitos por profissionais que vivem nas periferias costumam cobrir mais adequadamente a realidade das populações dessas áreas. Alguns exemplos são *Nós Mulheres da Periferia*, a *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, *Alma Preta* e a *Ponte Jornalismo* (este último, um dos objetos de análise desta pesquisa). Esses veículos procuram fazer uma cobertura que aponta as falhas da grande mídia, preenchendo as brechas deixadas por ela, saindo da visão estereotipada e preconceituosa. Por estarem profundamente enraizados nas comunidades, estes veículos conseguem atender melhor às necessidades, desafios e conquistas locais, reportando eventos e questões que afetam diretamente a vida das pessoas em uma determinada área ou retratando aquilo que é deixado de lado pela mídia hegemônica.

O presente artigo está centrado na análise de como a mídia hegemônica e a independente, representadas nesta pesquisa, respectivamente, pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e o portal *Ponte Jornalismo*, cobrem os acontecimentos que envolvem as periferias, com foco na chamada “Operação Escudo”, deflagrada pela Polícia Militar em conjunto com a Polícia Civil na Baixada Santista em 28 de julho de 2023. Com forte apelo simbólico e midiático, a operação, que foi uma resposta direta ao assassinato do soldado *Patrick Bastos Reis*, integrante da tropa de elite Rota, mobilizou cerca de 600 agentes durante um período de 40 dias. Segundo o governo estadual, os objetivos eram claros: capturar os responsáveis pelo crime e reprimir a atuação do crime organizado. Para sustentar a legitimidade da operação, o governo divulgou resultados considerados expressivos, a prisão de 958 pessoas e a apreensão

de quase uma tonelada de entorpecentes. Esses números, amplamente veiculados pela mídia tradicional nos primeiros dias da operação, contribuíram para a construção de uma narrativa de “eficiência” e “retomada do controle”.

Tendo esse cenário como base, o presente artigo foi norteado pela seguinte pergunta-problema: quais elementos e características diferenciaram os textos que o jornal O Estado de S. Paulo produziu sobre a operação em relação aos textos de cobertura do caso feitos pela Ponte Jornalismo?

O objetivo foi analisar o título e a abertura desses textos, a linguagem e a abordagem das reportagens produzidas pelos dois veículos, levantando o que cada veículo escolheu destacar sobre o fato, as fontes consultadas, o espaço destinado a essas fontes e verificando qual cobertura se aproximou mais do chamado “jornalismo emancipatório”, conceito de Dennis de Oliveira, professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), que é discutido nas próximas páginas desta pesquisa.

Foi realizada uma análise comparativa, dentro da abordagem de pesquisa qualitativa, de três reportagens de cada um dos veículos, totalizando seis textos analisados. De acordo com Vergara (2007), a pesquisa qualitativa utiliza o método exploratório, fazendo emergir aspectos subjetivos, atingindo motivações não explícitas. Quando o pesquisador busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, interpretando o objeto de estudo à luz da fundamentação teórica utilizada e dos seus objetivos de investigação, ele utiliza esse tipo de pesquisa, como feito neste projeto.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 Mídia em disputa

A forma como as periferias são retratadas na cobertura de grandes eventos (como operações policiais, chacinas e manifestações populares) revela muito mais do que simples escolhas editoriais. Por trás das manchetes, há embates em torno de qual visão de mundo prevalece no espaço público. Como abordado anteriormente, os contrastes entre a abordagem da grande mídia e a de veículos independentes demonstram que o jornalismo no Brasil está longe de ser homogêneo. Há, na verdade, uma disputa ativa por narrativas, legitimidade e visibilidade, especialmente quando se trata de representar territórios historicamente marginalizados.

Compreender essa disputa exige ir além da superfície das reportagens e observar as estruturas que sustentam os diferentes modos de fazer jornalismo. A análise de coberturas complexas, como a da “Operação Escudo”, (que será aprofundada nas próximas seções), demanda um olhar atento para as lógicas de produção, circulação e enquadramento da informação. Essas lógicas não são neutras. Elas refletem interesses, ideologias e posicionamentos que moldam a forma como os fatos chegam ao público.

A definição de uma política editorial é a questão elementar do planejamento de qualquer veículo de comunicação jornalística. Em alguns casos, opta-se por uma abordagem ampla que contempla certa variedade de assuntos e contextos, como é o caso de veículos de abrangência regional ou nacional. Mas há exemplos de produções que restringem suas temáticas e seu escopo para dar conta das demandas comunicativas de grupos específicos (Rovida, 2020, p.114).

Tanto do ponto de vista temático quanto do enquadramento. Como aponta o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997), os meios de comunicação de massa exercem um poder simbólico ao definirem o que deve ser reconhecido como legítimo ou relevante no debate público. No Brasil, essa dinâmica é agravada por um mercado midiático altamente concentrado. Segundo Bruno Marinoni, do coletivo Intervozes, em publicação da Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil (2016), os principais grupos de comunicação do país pertencem a poucas famílias, o que compromete a pluralidade de vozes e a diversidade de perspectivas.

A concentração privada da propriedade tem reduzido o papel da comunicação humana em toda a sua potencialidade. Faz isso na medida em que direciona as forças de produção ideológica para o processo auto referente de acumulação mercantil, de reafirmação do poder do capital monopolista e de reprodução das desigualdades existentes. (Marinoni, 2016, p. 4).

Essa estrutura concentrada reforça o que Marinoni denomina como “ideologia conservadora de integração”, uma lógica na qual os veículos priorizam fontes oficiais e discursos estatais, naturalizando ações repressivas e criminalizando os territórios periféricos.

A concentração dos meios precisa, além das fontes oficiais do Estado, se valer de outros recursos e realizar o cruzamento de informações, para dar conta do cenário de controle da propriedade, mapeando os grupos de mídia e os vínculos de rede. (Marinoni, 2016, p. 8).

Enquanto isso, veículos como a Nós Mulheres da Periferia, a Agência Mural de Jornalismo das Periferias, Alma Preta e a Ponte Jornalismo se posicionam em sentido contrário. Essas agências atuam com foco na defesa dos direitos humanos e na denúncia da violência institucional, assumindo um papel nitidamente contra-hegemônico. O jornalismo periférico, nesse contexto, não é apenas uma alternativa, é uma prática de resistência simbólica e produção de conhecimento, que busca dar visibilidade a vivências e denúncias sistematicamente silenciadas. A explicação para o distanciamento da grande imprensa em relação ao interesse público está, em parte, na mercantilização do jornalismo. Como argumenta o pesquisador Dennis de Oliveira (2017).

Um argumento para explicar a caracterização do jornalismo dissociado do interesse público reside na sua mercantilização recente. De fato, como empresa capitalista – e monopolizada – para a indústria jornalística, o que se pretende é vender um produto. Assim, se a demanda por determinados bens simbólicos existe, nada mais natural que essa indústria atenda a essa demanda. (Oliveira, 2017, p.161).

Dessa forma, o que está em disputa não são apenas formas distintas de apurar ou publicar notícias, mas visões antagônicas sobre o próprio papel social do jornalismo. De um lado, o modelo empresarial, orientado pela lógica do lucro e da manutenção da ordem, de outro, iniciativas que buscam atuar junto às comunidades, com um compromisso ético e político voltado à transformação social.

2.2 Criminalização da pobreza como ferramenta discursiva

Se, por um lado, a estrutura empresarial da grande imprensa contribui para a mercantilização do jornalismo, por outro, essa lógica também impacta diretamente as narrativas construídas sobre determinados grupos sociais. Um dos reflexos mais evidentes dessa relação é a forma como a pobreza — sobretudo nas periferias urbanas — é tratada como sinônimo de ameaça, insegurança e criminalidade. A mídia tradicional, ao selecionar determinados enquadramentos e repetir fontes oficiais, muitas vezes age como agente ativo na construção simbólica do inimigo interno, quase sempre racializado e pobre. Esse fenômeno está no cerne do que Clara Alencar Castro identifica como criminalização da pobreza, um processo historicamente alimentado por estruturas sociais excludentes e pela atuação ideológica da mídia. “O pobre sempre teve seu lugar marcado na sociedade. Para ele é destinado espaço físico e simbólico determinado.” (Castro, 2010, online)

A cobertura midiática consolidou o "funkeiro" como o novo pivete, uma figura ameaçadora que substituiu a representação da juventude pobre como apenas "marginalizada", conferindo-lhe um estatuto quase criminógeno. Além disso, Cymrot (2011) denuncia a seletividade da imprensa, evidenciada pelo tratamento desigual dado a jovens de diferentes classes sociais. Enquanto brigas em boates frequentadas pela elite são tratadas como “casos isolados”, episódios de violência em bailes funk são generalizados, reforçando a ideia de que o próprio movimento é um problema de segurança pública.

Essa seletividade fica evidente nas coberturas dos chamados “arrastões”, em que o subtexto racial era explícito. Não raramente, jornais publicavam imagens dos suspeitos com tarjas cobrindo apenas os olhos dos indivíduos negros, reforçando a associação entre cor, favela e criminalidade. Cymrot (2011) observa ainda que a repetição insistente de certas narrativas acaba criando um efeito de verdade, relatando como um jornal noticiou que ‘o medo esvaziou as praias’ após publicar uma matéria sobre um suposto futuro arrastão, validando a própria profecia que ajudou a criar.”

Esse ciclo de produção e validação da violência opera como uma engrenagem que reforça desigualdades. Ao assumir como verdadeiras as versões oficiais, especialmente as fornecidas pela polícia, sem o devido contraditório, a imprensa contribui para viabilizar um discurso de exclusão e controle, no qual o pobre é sempre o suspeito, e a favela, o território da exceção.

Nesse cenário, torna-se pertinente também a reflexão de Tiarajú Pablo D’Andrea (2022), ao observar a permanência da violência e da pobreza como elementos centrais na forma como a mídia representa as periferias — ainda que hoje compartilhem espaço com outros marcadores, como a cultura e a ideia de “potência”.

Vale pontuar aqui uma questão delicada: o entendimento de que violência e pobreza foram os elementos mais destacáveis das representações da periferia nos anos 1990, assim como o entendimento de que os elementos mais destacáveis dessa representação nos dias atuais são violência, pobreza, cultura e potência” (D’Andrea, 2022, p. 277).

2.3 Jornalismo das periferias: resistência e a práxis emancipatória

Diante do processo sistemático de criminalização da pobreza e da reprodução de estigmas por parte da grande mídia, surgem iniciativas que se colocam como contraponto à narrativa

hegemônica. Em vez de reforçar visões distorcidas sobre os territórios periféricos, esses veículos optam por construir um jornalismo enraizado na escuta, no pertencimento e no compromisso ético com a transformação social. Trata-se de uma prática que não apenas contesta o discurso dominante, mas também propõe novas formas de produzir e compartilhar conhecimento a partir das margens.

Nesse cenário, experiências como a Ponte Jornalismo, Agência Mural, Nós, Mulheres da Periferia e outras mídias independentes se destacam por colocarem os próprios moradores das periferias como protagonistas da produção jornalística. Esses profissionais, ao relatarem as vivências e os desafios de suas comunidades, conseguem escapar dos enquadramentos padronizados e construir um jornalismo que dialoga com a realidade concreta dos sujeitos que retratam.

Essa abordagem está em consonância com o que Dennis de Oliveira (2017) propõe ao refletir sobre o papel da comunicação popular como ferramenta de enfrentamento às estruturas de poder. Para ele, promover a participação ativa dos cidadãos nos processos comunicacionais é uma forma de desafiar as hierarquias simbólicas que perpetuam as desigualdades. O autor defende que o jornalismo não deve ser uma prática neutra ou estática, mas sim uma ação dialógica, inspirada no pensamento de Paulo Freire, em que a comunicação se torna espaço de conscientização coletiva e transformação social.

Dentro dessa perspectiva, surge o conceito de jornalismo emancipatório, que rompe com o modelo tradicional baseado exclusivamente no lide informativo (quem, o quê, quando, onde, como) e propõe uma prática mais profunda, capaz de questionar as causas estruturais dos acontecimentos. Oliveira (2017) aponta que esse modelo se baseia em duas perguntas centrais.

O jornalismo emancipatório assim não se limita ao clássico lide informativo (quem, o quê, quando, onde, como), mas sim em procurar sistematizar a experiência a partir das duas perguntas propostas por Jara: "por que aconteceu isto que aconteceu" e "por que não aconteceram outras coisas". (Oliveira, 2017, p. 78).

O jornalismo emancipatório, portanto, parte da realidade do oprimido como ponto de partida, reconhecendo-o não como objeto de análise, mas como sujeito da história. Ao contrário do jornalismo tradicional, que muitas vezes instrumentaliza as falas de moradores das periferias

para encaixá-las em narrativas pré-definidas, essa abordagem busca escutar de forma atenta e respeitosa, contribuindo para a elevação dessas vozes ao espaço público. Para Dennis de Oliveira (2017), essa prática exige uma tomada de posição ética e política por parte do jornalista. Não se trata de uma adesão partidária ou panfletária, mas de um posicionamento crítico diante de um contexto estruturalmente injusto.

Primeiro, uma posição contra todas as formas de opressão estabelecidas, o que significa tomar o lado dos segmentos sociais oprimidos (trabalhadores, negros, mulheres, homossexuais, etc). Essa tomada de “partido” não significa empunhar bandeiras na redação, mas procurar entender os fenômenos sociais dentro da perspectiva de que há essa relação de opressão e que é necessário superá-la (Oliveira, 2017, p. 195).

2.4 O Estado de S.Paulo e Ponte Jornalismo: breve perfil dos veículos

A disputa simbólica em torno da cobertura da violência de Estado e da representação das periferias urbanas se evidencia na atuação concreta de diferentes veículos de imprensa. Para além das abordagens teóricas sobre a estrutura da mídia brasileira, a comparação entre dois jornais de naturezas distintas — o tradicional O Estado de S. Paulo e o independente Ponte Jornalismo — permite observar como essas lógicas se manifestam na prática. Ambos têm relevância no campo jornalístico, mas adotam visões e compromissos editoriais contrastantes, especialmente quando se trata de segurança pública, direitos humanos e cobertura das periferias. (Guilherme, 2018, online).

Fundado em 4 de janeiro de 1875, com o nome original de A Província de São Paulo, o Estadão nasceu sob a inspiração de um grupo de republicanos, firmando-se como um importante ator político e cultural do país. Desde seus primórdios, o jornal adotou estratégias inovadoras, como a venda avulsa de exemplares, impulsionada pelo imigrante francês Bernard Gregoire, que chegou a se tornar símbolo da publicação. Essa ousadia comercial, somada a um conteúdo editorial voltado para a elite letrada e politicamente influente, alavancou o crescimento do periódico. Ao final do século XIX, já havia superado concorrentes como o Correio Paulistano e o Diário de São Paulo, consolidando-se como o jornal de maior circulação do estado. (Estadão, 2021, online).

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estadão experimentou uma nova fase de expansão nacional. Administrado por interventores durante o regime militar, manteve uma gestão financeira eficiente e soube preservar seu prestígio junto às classes dominantes, mesmo diante

das transformações políticas do país. Em 2007, o jornal ocupava o segundo lugar em circulação na Grande São Paulo, com uma média diária de 159,9 mil exemplares impressos.

A preocupação em endereçar-se às elites do país é explicitada pelos editores de opinião dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Os dois editores dizem escrever para o público em geral, para que qualquer pessoa leia, mas há sempre o interesse de chegar, como diz Marcelo Leite, a “formadores de opinião, tomadores de decisão, empresários, professores universitários, pessoas que têm uma preocupação menos imediatista com o jornal e com o país. (Mont’Alverne, 2017, p. 13).

Na contramão dessa trajetória consolidada e institucionalizada, surge em junho de 2014 a Ponte Jornalismo, um projeto independente formado por jornalistas insatisfeitos com a forma como a imprensa tradicional abordava a segurança pública. Em vez de apenas criticar o modelo vigente, o coletivo decidiu construir uma nova forma de fazer jornalismo: uma prática voltada à escuta das vítimas, ao aprofundamento investigativo e à defesa inegociável dos direitos humanos.

A semente do projeto foi lançada ainda antes de seu lançamento oficial. Durante uma apuração, os jornalistas do grupo descobriram a história de um jovem negro injustamente condenado por roubo. Mesmo sem uma plataforma própria, a Ponte publicou a reportagem no portal do próprio Estadão, acompanhada de um vídeo que comprovava a inocência do rapaz. O conteúdo teve repercussão imediata: no mesmo dia, a Justiça revogou a condenação e o jovem foi libertado. Esse episódio não apenas revelou a potência do jornalismo com propósito, como marcou simbolicamente a diferença entre duas abordagens possíveis: uma centrada no poder e na manutenção da ordem, outra guiada pela justiça social e pela reparação.

O nome Ponte foi pensado como uma maneira de ligar todas as realidades presentes na temática da Segurança Pública: fazer, por exemplo, com que os moradores do luxuoso bairro do Morumbi (na zona sul de São Paulo) possam, por intermédio de reportagens, com olhares ainda não trabalhados, atravessar “a ponte” que os separa dos moradores do Capão Redondo, entendendo aquela outra realidade que também impacta na deles. (Paixão, 2021, p. 354).

A Ponte se apresenta, desde então, como um veículo focado em segurança e justiça sob a ótica dos direitos humanos. Incubada pela Agência Pública, toma como referência experiências nacionais e internacionais como a Repórter Brasil, Amazônia Real, o The

Marshall Project (EUA) e o El Faro (El Salvador). Diferente das redações hegemônicas, que priorizam fontes oficiais e linguagem neutra.

Ao colocar lado a lado o Estado de S. Paulo, com sua longa tradição de proximidade com o poder e vocação empresarial, e a Ponte Jornalismo, com sua missão ética e política de denunciar as violências institucionais, torna-se possível compreender com mais clareza os dois modelos de jornalismo em disputa: um que busca manter a ordem estabelecida e outro que busca questioná-la e transformá-la.

2.5 Análise comparativa da Operação Escudo no jornal O Estado de S.Paulo e na Ponte Jornalismo

Ao longo deste trabalho, discutiu-se como a grande imprensa brasileira tem historicamente operado a partir de uma lógica mercantilizada e concentrada, pautada por interesses econômicos e políticos que moldam sua produção editorial. Em contraposição, apresentaram-se as práticas do jornalismo periférico e independente como formas de resistência simbólica e produção de conhecimento desde os territórios marginalizados. Essa disputa entre modelos de comunicação se materializa de maneira clara na forma como diferentes veículos narram um mesmo acontecimento. É nesse cenário que se insere a análise comparativa da cobertura da Operação Escudo, deflagrada na Baixada Santista em julho de 2023.

Ao todo, foram analisadas seis reportagens, três publicadas por cada um desses veículos. Os textos selecionados são os seguintes: Tensão após série de mortes no Guarujá migra para Santos: ‘Estou com medo de sair de casa, publicado em 02 de agosto de 2023 pelo Estadão¹; Em nove dias, Operação Escudo prende 160 suspeitos e deixa 16 mortos na Baixada Santista, publicado em 06 de agosto de 2023 pelo Estadão²; Operação Escudo: gestão Tarcísio anuncia fim da ação após morte de 28 pessoas no litoral, publicado em 05 de setembro de 2023³; Duas

¹

<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/tensao-apos-serie-de-mortes-no-guaruja-migra-para-santos-estou-com-medo-de-sair-de-casa/>

²

<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/em-nove-dias-operacao-escudo-prende-160-suspeitos-e-deixa-16-mortos-na-baixada-santista>

³

<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/operacao-escudo-gestao-tarcisio-anuncia-fim-da-acao-apos-morte-de-28-pessoas-no-litoral/>

vezes mais mortal: Operação Escudo na Baixada supera marca de mortes da anterior na metade do tempo, publicado em 20 de fevereiro de 2024 pela Ponte Jornalismo⁴; Operação Escudo: MP arquivou 23 de 27 investigações sobre mortes cometidas pela PM, publicado em 25 de julho de 2024 pela Ponte Jornalismo⁵; Massacre da PM na Baixada chega a Santos (SP), denunciam moradores, publicado em 01 de agosto de 2023 pela Ponte Jornalismo⁶.

A análise das reportagens publicadas pelo Estado de S. Paulo e pela Ponte Jornalismo sobre o caso revela diferenças editoriais profundas, que se manifestam desde a escolha lexical e a seleção de fontes até a hierarquização da informação e a construção narrativa. A comparação a seguir adota como metodologia principal a análise de conteúdo, Bardin (2016, p. 46) define a técnica como uma abordagem especialmente útil para interpretar significados presentes em materiais comunicacionais, permitindo identificar padrões, contradições, repetições e temas recorrentes.

um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 46).

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), é estruturada em três etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados com sua interpretação. A partir desse método, torna-se possível compreender não apenas o conteúdo explícito das matérias, mas também os valores e enquadramentos implícitos que orientam as práticas editoriais de cada veículo.

Um instrumento de coleta de dados foi criado a partir de categorias previamente estabelecidas, como o que foi destacado no título, que informação compôs o lide, quais informações foram suprimidas, quais foram as fontes ouvidas e se os termos usados nos textos remetem a uma linguagem mais objetiva ou subjetiva. Esse instrumento foi essencial para analisar os textos e, depois, compará-los (de um veículo para o outro).

4

<https://ponte.org/duas-vezes-mais-mortal-operacao-escudo-na-baixada-supera-marca-de-mortes-da-anterior-na-metade-do-tempo/>

5

<https://ponte.org/operacao-escudo-ministerio-publico-arquivou-23-de-27-investigacoes-sobre-mortes-pela-pm/>

⁶ <https://ponte.org/massacre-da-pm-na-baixada-chega-a-santos-sp-denunciam-moradores/>

Partindo para os resultados da análise, pode-se apontar que a distinção entre os veículos torna-se evidente já nos títulos e lides das matérias, que estabelecem o enquadramento inicial para o leitor e são elementos estratégicos na estrutura do texto jornalístico. A cobertura do Estado de S. Paulo caracteriza-se por uma abordagem que prioriza a narrativa oficial e os dados quantitativos da operação. O veículo adota uma linguagem mais neutra e institucional, consolidada pelo uso de termos como “operações policiais”, “prisões” e “suspeitos”. Essa escolha é visível nos títulos, que destacam os números da operação, como em “Em nove dias, Operação Escudo prende 160 suspeitos e deixa 16 mortos na Baixada Santista”, a consequência social, como em “Tensão após série de mortes no Guarujá migra para Santos: ‘Estou com medo de sair de casa’”, e as decisões oficiais, como em “Operação Escudo: gestão Tarcísio anuncia fim da ação após morte de 28 pessoas no litoral”.

Os lides do Estadão seguem a mesma linha, abrindo as reportagens com o balanço oficial de prisões e mortes, relatando o sentimento de medo da população com base em depoimentos pontuais, ou comunicando a declaração do governo sobre o término das ações. O foco das reportagens recai predominantemente sobre dados institucionais e declarações de autoridades, sendo as principais fontes o governo estadual, as forças policiais e especialistas em segurança pública. Assim, a polícia é retratada como um agente de segurança, e a cobertura se concentra na eficácia operacional e nos seus desdobramentos formais, como pode ser visto neste trecho, da reportagem “Em nove dias, Operação Escudo prende 160 suspeitos e deixa 16 mortos na Baixada Santista”:

Apenas no último sábado, a Polícia Militar prendeu 13 novos suspeitos, dos quais sete já estavam foragidos e eram procurados pela Justiça, segundo a SSP. No mesmo dia, a Polícia Civil do Guarujá finalizou o inquérito sobre o assassinato de Patrick Bastos dos Reis e indiciou três pessoas pelos crimes de homicídio, tentativa de homicídio e associação ao tráfico de drogas. Os três suspeitos de envolvimento na morte do policial estão presos desde a última quarta-feira, 2, quando o último deles se entregou à Polícia Militar. Ele é apontado como irmão do homem responsável pelo disparo que matou Patrick Bastos dos Reis.

Já na reportagem “Operação Escudo: gestão Tarcísio anuncia fim da ação após morte de 28 pessoas no litoral”, esse ponto pode ser visto no seguinte lide:

Desde 28 de julho, 958 pessoas foram presas na Operação Escudo. Desse total, 382 eram procurados pela Justiça e estavam foragidas. No período, as forças de segurança apreenderam 117 armas e quase 1 tonelada de entorpecentes. “Esperamos que novas operações não sejam necessárias, mas,

caso se façam necessárias, caso o Estado seja afrontado, em qualquer ponto, operações como a Escudo serão desencadeadas”, disse o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite.

Na terceira reportagem, fica explícito esse aspecto no trecho:

Entre as histórias citadas por Magalhães está a de Cleiton Barbosa Moreira, que teria sido retirado de casa, onde estava com a filha de 10 meses, para ser morto. A Secretaria de Segurança Pública informou que todas as mortes serão investigadas e sempre ocorreram após confrontos. Ao todo, 58 pessoas foram presas na Operação Escudo entre os dias 28 de julho de 1.º de agosto. Outros quatro adolescentes foram apreendidos por tráfico de drogas. Até terça-feira, a polícia apreendeu 385 quilos de entorpecentes e 18 armas, entre pistolas e fuzis.

Embora existam reportagens que capturam o clima de tensão nas comunidades, como “Tensão após série de mortes no Guarujá migra para Santos”, esse aspecto humano permanece secundário dentro do conjunto da narrativa, que se mantém alinhada à linguagem objetiva e formal do jornalismo tradicional.

Em sentido oposto, a Ponte Jornalismo adota uma perspectiva crítica e de denúncia, explicitamente comprometida com os direitos humanos. O veículo utiliza termos de forte impacto, como “massacre”, “denúncias de moradores” e “violações de direitos humanos”, evidenciando uma postura de enfrentamento à versão oficial. Os títulos refletem diretamente essa linha editorial, com foco na letalidade da operação — “Duas vezes mais mortal” —, nas denúncias da população — “Massacre da PM na Baixada chega a Santos (SP), denunciam moradores” — e na impunidade institucional — “Operação Escudo: MP arquivou 23 de 27 investigações sobre mortes cometidas pela PM”.

Os lides da Ponte aprofundam a crítica presente nos títulos, seja por meio de comparações com outras ações policiais, pela descrição minuciosa de execuções denunciadas, ou pela falta de responsabilização estatal. O foco das matérias está nos relatos diretos dos moradores afetados, nas organizações de direitos humanos e na atuação da Defensoria Pública. A linguagem utilizada é mais engajada e emotiva, com o objetivo de gerar empatia com as vítimas e chamar atenção para as arbitrariedades praticadas. A polícia, nesse contexto, é retratada de forma crítica, não como um ente neutro ou protetor, mas como uma instituição que opera a violência de Estado de maneira seletiva e punitiva, como pode ser visto no trecho:

A matança promovida pela PM paulista na Baixada Santista, litoral do estado de São Paulo, deixou o município do Guarujá, onde se concentravam as primeiras mortes, e está atingindo outras cidades da região. Na manhã desta terça-feira (1/8) policiais militares teriam baleado dois jovens na região do Morro São Bento, na cidade de Santos, informam moradores da região.

De um lado, portanto, o Estadão constrói uma narrativa ancorada na formalidade, nas fontes oficiais e na estrutura institucional, enquanto, por outro, a Ponte Jornalismo constrói uma contranarrativa baseada na escuta ativa das comunidades e na denúncia de violações. Essa diferença fundamental na seleção de fontes, no uso da linguagem e no foco narrativo não apenas resulta em duas versões distintas do mesmo evento, mas também reflete os diferentes papéis sociais que cada veículo assume dentro do ecossistema midiático.

Enquanto o primeiro reafirma o modelo tradicional de cobertura institucionalizada, o segundo propõe um novo paradigma de jornalismo, que se constrói com base na proximidade com os sujeitos periféricos, na crítica às estruturas de poder e no compromisso com a justiça social. Essa diferença de abordagem entre Estadão e Ponte revela o que Robert Entman (1993, p. 52) denomina o processo como de enquadramento. Quando aplicado aos estudos de mídia, evidencia que as mensagens jornalísticas não apenas informam, mas também atuam na definição de problemas, na identificação de suas causas, na formulação de julgamentos morais e, por vezes, na proposição de soluções.

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral ou recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1993, p. 52).

Dessa forma, o que está em jogo não é apenas a diferença de estilos narrativos, mas a coexistência de dois modelos de jornalismo em disputa. Um, institucionalizado e voltado para a legitimação das políticas de segurança; outro, contra-hegemônico, voltado para a crítica das estruturas de poder e para a valorização das vozes periféricas. Esse embate reflete, em última instância, a fragmentação do ecossistema midiático contemporâneo e a emergência de práticas comunicacionais comprometidas com a justiça social e a democracia. No caso do Estadão, o enquadramento se ancora na lógica institucional, reforçando o papel da polícia como garantidora da ordem. Já a Ponte Jornalismo opera um enquadramento alternativo, que privilegia a perspectiva das comunidades afetadas e denuncia a letalidade estatal, tensionando a narrativa oficial.

3. CONCLUSÃO

A comparação entre o Estadão e a Ponte evidencia modelos distintos: o primeiro prioriza a versão oficial e dados institucionais; a segunda acentua denúncias e vozes das comunidades. O contraste de enquadramentos (Entman) revela disputas simbólicas e reforça a relevância do jornalismo emancipatório ao tratar periferias e violência de Estado.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **A criminalização como política para o extermínio**. SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6748. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6748>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ANDREA, T. P. D. **A Formação das Sujeitas e dos Sujeitos Periféricos Cultura e Política na Periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

CASTRO, C. A. **Criminalização da pobreza: mídia e propagação de uma ideologia higienista de proteção social aos pobres**. 2010. 75 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CYMROT, Danilo. **A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-26082016-134709/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

D'ANDRÉA, Tiaraju Pablo. **A política dos Cieps: um estudo sobre a relação entre Estado e movimentos sociais na educação pública fluminense (1982–1994)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/publico/2013_TiarajuPabloDAndrea_VCorr.pdf. Acesso em: 11 julho. 2024.

DATA FAVELA 2023. Instituto Locomotiva. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/estudos/> Acesso em: 19 abr. 2024.

ESTADÃO. **Em nove dias, Operação Escudo prende 160 suspeitos e deixa 16 mortos na Baixada Santista.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, [data da publicação]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/em-nove-dias-operacao-escudo-prende-160-suspeitos-e-deixa-16-mortos-na-baixada-santista/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

_____. **Tensão após série de mortes no Guarujá migra para Santos: ‘Estou com medo de sair de casa’.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 ago. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/tensao-apos-serie-de-mortes-no-guaruja-migra-para-santos-estou-com-medo-de-sair-de-casa/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

_____. **Operação Escudo: gestão Tarcísio anuncia fim da ação após morte de 28 pessoas no litoral.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/operacao-escudo-gestao-tarcisio-anuncia-fim-da-acao-apos-morte-de-28-pessoas-no-litoral/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. Disponível em: <https://fbaum.unc.edu/teaching/articles/J-Communication-1993-Entman.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf Acesso em: 20 abr. 2024.

GEEMA GRUPO DE estudos multidisciplinares de ação afirmativa. Levantamento de 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/parceiros/sobre/gemaa-iesp-uerj> Acesso em: 19 abr. 2024.

GOMES, Rivaldo. *Concentração da mídia e poder no Brasil: uma análise crítica*. Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios, Recife, v. 1, n. 1, p. 69–82, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaopublica/article/view/1027/797>. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. Levantamento 2022. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/> Acesso em: 20 abr. 2024.

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Concentração de meios de comunicação no Brasil: um olhar sobre o contexto, os processos e os atores. Projeto FES, fev. 2016. Disponível em: <https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

OLIVEIRA, D. de. **Jornalismo e emancipação Uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. Curitiba: Appris, 2017.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PONTE JORNALISMO. **Duas vezes mais mortal: Operação Escudo na Baixada supera marca de mortes da anterior na metade do tempo**. Ponte, São Paulo, 20 fev. 2024. Disponível em: <https://ponte.org/duas-vezes-mais-mortal-operacao-escudo-na-baixada-supera-marca-de-mortes-da-anterior-na-metade-do-tempo/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PONTE JORNALISMO. **Massacre da PM na Baixada chega a Santos (SP), denunciam moradores**. Ponte, São Paulo, 1 ago. 2023. Disponível em: <https://ponte.org/massacre-da-pm-na-baixada-chega-a-santos-sp-denunciam-moradores/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PONTE JORNALISMO. **Operação Escudo: Ministério Público arquivou 23 de 27 investigações sobre mortes pela PM**. Ponte, São Paulo, 3 jan. 2025. Disponível em: <https://ponte.org/operacao-escudo-ministerio-publico-arquivou-23-de-27-investigacoes-sobre-mortes-pela-pm/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ROVIDA, M. **Jornalismo das periferias: o diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: CRV, 2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da Desigualdade 2020. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.